

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

BÁRBARA BACKES FERREIRA

PRIMAVERA ÁRABE, *OCCUPY* E JUNHO DE 2013: UMA REVISÃO
BIBLIOGRÁFICA DOS PROTESTOS A NÍVEL GLOBAL

CURITIBA

2015

BÁRBARA BACKES FERREIRA

PRIMAVERA ÁRABE, *OCCUPY* E JUNHO DE 2013: UMA REVISÃO
BIBLIOGRÁFICA DOS PROTESTOS A NÍVEL GLOBAL

Monografia apresentada como requisito parcial à
obtenção do título de Especialista em Sociologia
Política da Universidade Federal do Paraná.

Orientadora: Professora Mestra Fabia Berlatto

CURITIBA

2015

RESUMO

Este trabalho tem como objetivo revisar a bibliografia que trata dos protestos a nível mundial e nacional no início do século XXI. Para delimitar o enfoque, escolheu-se analisar a Primavera Árabe, o *Occupy* e o junho brasileiro. A partir de uma leitura comparada entre a onda revolucionária inaugurada em 2010 no Oriente Médio e no norte da África; as manifestações que eclodiram em decorrência dela em 2011 nos Estados Unidos; bem como os protestos que aconteceram em 2013 no Brasil, pretende-se delimitar os pontos convergentes e divergentes destes acontecimentos. Durante a revisão, foram adotados critérios relacionais estabelecidos com base nas formas de ação, no perfil dos participantes, na cobertura midiática, na repressão policial dispensada aos eventos e, incidentalmente, nas demandas que os originaram. Através desta comparação, a proposta é pensar em que medida os protestos realizados em contextos singulares em si e díspares entre si se aproximam e se distanciam.

Palavras-chave: Revisão bibliográfica, Protestos, Primavera Árabe, *Occupy*, Junho brasileiro de 2013

ABSTRACT

This work aims to review the literature about the protests at global and national level. These protests have happened in the early twenty-first century in different countries around the world. In order to define the approach, were chosen to analyze the Arab Spring, the *Occupy* and protests in 2013 in Brazil. From a comparative analysis between the revolutionary wave inaugurated in 2010 at the Middle East and North Africa; and the demonstrations that erupted as a result of it, in 2011 in the United States; as well as the protests that took place in 2013 in Brazil, it intends to delineate the similarities and the differences of these events. Relational criteria were established based on forms of action, profile of participants, media coverage, police repression to the riots and on demands. Through this comparison, it is proposed to think about how far protests in apparently disparate concepts approach and move away.

Keywords: Bibliografic review, Protests, Arab Spring, *Occupy*, Brazilian protests in 2013

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	5
2 MOVIMENTOS SOCIAIS E AÇÃO COLETIVA: UMA REVISÃO SÓCIO- HISTÓRICA.....	7
3 DEMANDAS, REPERTÓRIOS DE AÇÃO E PERFIL DOS PARTICIPANTES.....	13
4 COBERTURA MIDIÁTICA E REPRESSÃO POLICIAL.....	21
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	27
REFRÊNCIAS	29

1 INTRODUÇÃO

Este trabalho visa abordar as semelhanças e diferenças entre os protestos da Primavera Árabe, do *Occupy* e do junho brasileiro de 2013.

A partir de uma revisão bibliográfica, foram levantados textos sobre o tema no indexador de artigos acadêmicos Scielo e na plataforma de busca Google Acadêmico.

Após a leitura dos artigos encontrados, foram selecionados os com enfoque nas formas de mobilização, participação, cobertura midiática, violência policial e, incidentalmente, nas demandas que originaram os protestos.

Em razão da atualidade dos fatos, os textos são predominantemente ensaios, em detrimento de algumas pesquisas.

A área a que pertencem seus autores foi um dos critérios utilizados durante a seleção. Foram priorizados autores de sociologia, ciência política, história, geografia, comunicação social e artes para, através de áreas correlatas, extrair conteúdos complementares. A título exemplificativo, em relação ao modo analítico dos autores tem-se que:

O sociólogo Pedro Torreão Sá de Almeida (2014), com base em Touraine, Castells e Žižek, faz uma abordagem sobre movimentos sociais culturalmente diversos inseridos em uma nova lógica de ação, em rede.

Por sua vez, os sociólogos Francisco Sá Barreto e Júlia Figueiredo Benzaquen (2013, p. 01) propõem uma releitura gramatical dos levantes para analisar “de um lado, as atualizações das lógicas de disciplinamento social e, de outro lado, a exaustão de um programa de diferença social que sustenta uma estrutura liberal do projeto moderno de democracia.”

A cientista política Teresa Cristia Schneider Marques e o sociólogo Antônio Eduardo Alves de Oliveira (2013), entretanto, realizam uma análise comparada entre a Primavera Árabe e a Primavera de Praga a fim de obter uma descrição mais detalhada dos acontecimentos.

O geógrafo Guilherme Ribeiro (2013), então, aponta a realização de política no Brasil urbano do século XXI através de notas-testemunho.

Já Tarcisio Torres Silva (2012, p. 35), doutor em artes visuais, evoca a interpretação de signos “cujo fluxo contribui para a partilha do sensível e um consequente reordenamento da esfera política contemporânea”.

A cientista política Monika Dowbor e o sociólogo José Szwako (2013) se utilizam de metáforas dramatúrgicas e realidades teatrais para estabelecer uma análise sobre a dramaticidade da violência, as *performances* públicas e as modalidades organizacionais de eventos anteriores aos protestos brasileiros de 2013.

Assim, os ensaios e as pesquisas foram comparados para estabelecer a relação entre os protestos, apesar da dificuldade em relacionar eventos inseridos em contextos tão diferentes.

Em razão desta dificuldade, inclusive, restaram algumas lacunas na revisão bibliográfica como a falha abordagem sobre a cobertura midiática na Primavera Árabe, por exemplo.

A partir deste panorama, o trabalho se divide em três momentos.

Primeiro será realizada uma breve abordagem sócio-histórica das formas de mobilização, através da exposição de conceitos usados para descrevê-las.

Em seguida, serão expostas as demandas que culminaram nos protestos, suas formas de ação e quais participantes estão envolvidos.

Por fim, será feita uma análise de como se deu a cobertura midiática e em que medida a polícia agiu com violência na repressão dos protestos.

2 MOVIMENTOS SOCIAIS E AÇÃO COLETIVA: UMA REVISÃO SÓCIO-HISTÓRICA

“Movimentos sociais” é uma expressão ampla que envolve uma vasta bibliografia e sobre a qual não há consenso conceitual. “Diferentemente de outros conceitos, este, em particular, apresenta significados distintos, conforme a concepção a partir da qual se desenvolve.” (GOSS; PRUDENCIO, 2004, P. 75).

Uma retrospectiva sobre o assunto, portanto, demandaria um trabalho inteiro. Assim, este capítulo se propõe apenas a delinear o tema e os contextos de uso dos conceitos que serão tratados adiante.

Ao revisitar significações de movimentos sociais, Goss e Prudencio (2004) explicam que estes eram tratados como a organização e ação de trabalhadores em sindicatos, até o início do século XX.

A partir da década de 1960, as definições assumiram consistência teórica com a apropriação do tema pelas Ciências Sociais, momento em que Alain Touraine passou a defender que os movimentos sociais eram o objeto de estudo da própria Sociologia. (GOSS; PRUDENCIO, 2004).

Outros pensadores da área, como Alberto Melucci, por exemplo, “questionam o conceito de movimentos sociais por considerá-lo reducionista, e empregam preferencialmente o de ações coletivas.” (GOSS; PRUDENCIO, 2004, p. 75).

Neste sentido, Goss e Prudêncio (2004, p. 76) explicam que a análise de ações coletivas através do conceito de movimentos sociais “veio preencher uma lacuna deixada por um certo esgotamento do conceito marxista de classe social, predominante nas Ciências Sociais até finais de década de 1970”.

Durante este período, os teóricos marxistas debatiam amplamente o conceito de classes sociais sem, contudo, questioná-lo afundo. Perguntavam-se em que medida as classes eram protagonistas de mudanças históricas, deixando de lado a análise do sujeito coletivo como primordial para a percepção dos conflitos sociais. (GOSS; PRUDENCIO, 2004).

Assim, os velhos movimentos sociais ficaram consagrados como “inspirados no paradigma marxista tradicional, que se centram na luta de classes como elemento motivador e que têm como forma clássica os sindicatos e os partidos políticos.” (BARRETO; BENZAQUEN, 2013, p. 02).

No fim da década de 1970, então, deixou-se de analisar somente a relação classe-partido-Estado e passou-se a visualizar “questões diferenciadas na análise da realidade social, como a ênfase na microestrutura e não somente na macro, a percepção de uma multiplicidade de fatores de análise”. Desta forma, houve “além do econômico, o deslocamento da atenção da sociedade política para a sociedade civil, e da luta de classes para os movimentos sociais”. (GOSS; PRUDENCIO, 2004, P. 77).

Charles Tilly (1977) foi um teórico importante ao introduzir novas formas de interpretação da ação coletiva. Com base nas teorias clássicas de Marx, Weber e Durkheim, o teórico busca compreender as transformações nas estruturas sociais e em que medida isso afeta as formas de ação coletiva.

No livro “From mobilization to revolution”, Tilly (1977, p. 11) defende que “a ação coletiva consiste em agir em conjunto em busca de interesses comuns” como resultado “da mudança de combinações de interesses, organização, mobilização e oportunidade”. Para o autor, o sucesso das mobilizações está diretamente ligado à forma de organização da ação coletiva dos movimentos sociais.

Após a década de 1970, na Europa, a abordagem clássica marxista, centrada na análise da luta de classe, “passou a ser criticada pelos acionalistas, representados principalmente por autores como Touraine, e pelos neomarxistas, tendo como um dos principais representantes, Manuel Castells, cuja aproximação resultou na teoria dos Novos Movimentos Sociais”. (GOSS; PRUDENCIO, 2004, p. 78).

Os novos movimentos sociais (“NMSs”) são resistências a partir das quais a ênfase dos conflitos sociais está centrada na cultura, na identidade, na esfera dos micropoderes, na mobilização de sujeitos vinculados a demandas específicas, organizando-se de diversas formas a fim de denunciar a omissão dos antigos movimentos sociais. (BARRETO; BENZAQUEN, 2013).

Além disso, os novos movimentos sociais “constituem tanto uma crítica à regulação social capitalista, como uma crítica à emancipação social socialista, como foi definida pelo marxismo.” (SANTOS, 2005, p. 177).

A partir de então, “com o surgimento de movimentos centrados em questões indenitárias, também denominados de “novos movimentos sociais”, que a problemática do sujeito passou a ser tratada de forma diferenciada na teoria sociológica.” (GOSS; PRUDENCIO, 2004, p. 77).

Manuel Castells (2013, p, 13), partindo da premissa de que as relações de poder estão embutidas nas instituições da sociedade, particularmente nas do Estado, na medida em que o poder é exercido “por meio da coerção (o monopólio da violência, legítima ou não, pelo controle do Estado) e/ou pela construção de significado na mente das pessoas, mediante mecanismos de manipulação simbólica”, defende que os movimentos sociais expressam o contrapoder.

Os movimentos sociais exercem o contrapoder construindo-se, em primeiro lugar, mediante um processo de comunicação autônoma, livre do controle dos que detêm o poder institucional. Como os meios de comunicação de massa são amplamente controlados por governos e empresas de mídia, na sociedade em rede a autonomia de comunicação é basicamente construída nas redes da internet e nas plataformas de comunicação sem fio. As redes sociais digitais oferecem a possibilidade de deliberar sobre e coordenar as ações de forma amplamente desimpedida. (CASTELLS, 2013, p. 18-19).

Com base na teoria das redes de indignação e esperança, o sociólogo espanhol (2013) entende que, atualmente, os movimentos sociais se situam em um espaço público híbrido construído a partir de redes de comunicação multimodais.

Estas redes de comunicação se dão através de experiências *on-line*: redes sociais associadas à internet; e *off-line*: comunidades urbanas criadas por meio dessas formas de relacionamento entre os indivíduos. Ressalte-se, contudo, que “a tônica do debate não é dada *on-line*, mas sim pela interação entre pessoas em ambientes como praças públicas, avenidas e acampamentos”. (ALMEIDA, 2013, p. 143).

Neste cenário, “a questão da cidadania ainda é central na ótica da construção dos movimentos sociais de demandas gerais”. A autonomia de ideias e a

autorrepresentação também operam papéis fundamentais. Através da autonomia, opiniões comuns se organizam em uma rede de indignação, sem intermediários, favorecendo o processo de individuação, em que indivíduos se posicionam no centro do debate, sendo a figura da liderança relativizada e os processos de horizontalidade, priorizados. (CASTELLS, 2013).

Para Goss e Prudêncio (2004, p. 81), “o padrão organizacional da ação coletiva contemporânea é a rede de movimentos, uma rede de grupos compartilhando uma cultura de movimento e uma identidade coletiva”. Neste padrão, os atores coletivos se caracterizam pela temporariedade, motivo pelo qual “essas redes fazem e desfazem seus nós, tornando problemática a definição de movimentos sociais como sistemas fechados. Em outros termos, o campo de ação permanece, mas não seus atores”. (GOSS; PRUDENCIO, 2004, p. 81).

Segundo os autores revisados, os protestos da Primavera Árabe, *Occupy* e de junho brasileiro de 2013 também encontram dificuldade de enquadramento nos conceitos de movimentos sociais.

Almeida (2014), ao analisar o tema com base na teoria de Castells, identifica a presença da autonomia como elemento caracterizador de (novo) movimento social apenas na construção do *Occupy*.

Referido autor (2014, p. 133) defende que uma característica importante ao classificar o *Occupy* como movimento: este foi o único ato que “teve início com assembleias gerais diárias e grupos de trabalho em áreas específicas, que buscavam construir suas posições baseadas em consenso pleno, considerando o direito à voz algo central nesse processo”.

Para Almeida (2014, p. 132), o processo de construção da autonomia não pode ser visualizado nos casos da Primavera Árabe e das manifestações brasileiras de junho de 2013 com a mesma força da experiência norte-americana porque nestes “houve um leque de demandas que não podiam ser colocadas em um único pacote que representasse o movimento, fazendo parecer, em certos casos, com um movimento de protesto, e não com um movimento social propriamente dito”.

No caso brasileiro, especificamente, os protestos foram convocados pelo Movimento Passe Livre (MPL). Ao dialogar com a sociologia teatral, Dowbor e Szwako

(2013) chamam a atenção para os eventos que precederam os protestos de junho de 2013 no Brasil, a fim de entender as *performances* do Movimento Passe Livre (MPL) e dos Comitês Populares da Copa (CPC).

Para a doutora em ciência política e o pesquisador do programa de pós-graduação em ciência política (2013, p. 46-48), “dizer que as narrativas dos movimentos sociais se valem de metáforas dramatúrgicas seria algo óbvio”, importante destacar, contudo, que tanto o MPL quanto o CPC “agregam de forma fluida diversos atores coletivos em ações e atividades comuns e, ao mesmo tempo, procuram potencializar a voz e criar maior impacto da ação coletiva”.

Ocorre que os protestos brasileiros não foram protagonizados apenas pelo MPL e pelo CPC, os quais têm formas organizacionais mais próximas de movimentos sociais. As reivindicações pelo aumento da passagem e gastos com a Copa foram atreladas a pautas variadas.

Em razão desta pluralidade de definições dos protestos do início do século XXI, inclusive, que autores como Barreto e Bezaquen (2013) ignoram o fato de os eventos serem movimentos sociais e propõem redefini-los como “experiências contemporâneas de rua”.

Ao justificar a ressignificação, em detrimento do enquadramento na concepção de movimentos sociais, Barreto e Benzaquen (2013, p. 02) pontuam, inicialmente, a dificuldade de conceituar o novo, na medida em que “o novo existe em oposição ao antiquado, no entanto com as ‘novas’ opressões, as ditas velhas questões, não estão superadas”.

De acordo com estes últimos, nenhuma das manifestações a partir de 2010 encontra significação na explicação dos movimentos sociais, apresentando-se mais como “experiências contemporâneas de rua”, ou seja, acontecimentos que ganham força ao redor do globo a partir da ideia de (r)esistências resistentes.

A resistência se traduz na afirmação de existência, que por si só denuncia o que foi construído como inexistente através de processos de expropriação, repressão e ou assimilação. A pluralidade de (r)existências leva à necessidade constante de reinvenção e pode ser entendida como fragilidade ou como fortaleza. A multidimensionalidade das composições e a diversidade de orientações podem significar tanto um processo de fragmentação e

particularismo da ação social reivindicatória, quanto a possibilidade de ações de grande impacto justamente por sua pluralidade. (BARRETO; BENZAQUEN, 2014, p. 3).

Com base nessa ressignificação, verifica-se a pluralidade de (r)existências que, para além da percepção de fragmentação da ação social reivindicatória, leva a necessidade constante de reivindicação e afasta a lógica tradicional de conceituação dos movimentos sociais. (BARRETO; BENZAQUEN, 2013).

Pontuadas, portanto, as diferenças conceituais das formas de participação política nas leituras revisadas, a fim de estabelecer um denominador comum, este trabalho fará referência aos eventos de maneira mais abrangente, através do conceito de “protestos”.

Os protestos distinguem-se das formas mais tradicionais e institucionalizadas de participação política (como o voto, por exemplo), e foram definidos por Taylor e Van Dyke (2004, p. 263) como “uso coletivo de métodos não convencionais de participação política para persuadir ou coagir autoridades a apoiar os objetivos de determinado grupo”.

Uma importante característica do protesto é o uso de canais indiretos para influenciar os tomadores de decisão, se apresentando como “lugares de contestação em que corpos, símbolos, identidades, práticas e discursos são utilizados para perseguir ou evitar mudanças nas relações de poder institucionalizadas”. (TAYLOR E VAN DYKE, 2004, p. 268).

Seguindo a ideia de utilização coletiva de métodos não convencionais de participação política, com o intuito de promover ou prevenir mudanças nas relações de poder institucionalizadas, passa-se a revisar os pontos comuns e divergentes entre os protestos do início do século XXI, mais especificamente a Primavera Árabe, o *Occupy* e o caso brasileiro de junho de 2013, e em que medida eles se aproximam.

3 DEMANDAS, REPERTÓRIOS DE AÇÃO E PERFIL DOS PARTICIPANTES

Em dezembro de 2010, Mohamed Bouazizi, jovem tunisiano desempregado, trabalhava como vendedor ambulante quando teve a mercadoria que comercializava apreendida por policiais. Como forma de protesto, ateou fogo ao próprio corpo. (MARQUES; OLIVEIRA, 2013).

Este atentado individual, dotado de simbolismo frente às condições de vida na Tunísia, é considerado como o estopim de diversos acontecimentos que seguiram ocorrendo ao redor do globo e, pontualmente, no norte da África e no Oriente Médio.

Diante do sucesso dos protestos inaugurados na Tunísia, que obrigaram o então presidente, no governo desde 1987, Zine El-Abdibne Bem Ali, a fugir para a Árabia Saudita, os egípcios foram às ruas. Hosni Mubarak, no poder há 30 anos, renunciou dezoito dias depois do início das manifestações populares, concentradas na praça Tahrir (ou praça da Libertação, em árabe), no Cairo, a capital do Egito. Após um lapso maior de tempo, a Líbia derrubou Muamar Kadafi, ditador na região há 42 anos, desde 1969. Envolvido em violenta guerra civil, os rebeldes avançaram lentamente sobre o país, até a queda do governante. (SILVA, 2012).

A pauta de reivindicações foi variada. Na Tunísia, as demandas abrangeram desde equidade por tratamento em áreas rurais negligenciadas até o enfrentamento em relação ao opressor movimento trabalhista do país. No Egito, por sua vez, jovens moradores das metrópoles organizaram as revoltas e ocuparam os espaços públicos dos grandes centros, visando promover a emancipação democrática. Enquanto isso, na Líbia, bandos de rebeldes armados nas províncias orientais inflamaram os protestos, revelando clivagens tribais que afligiam o país há décadas. (ANDERSON, 2011).

Na medida em que os tunisianos pretendiam lidar com a divisão de classes, os egípcios visavam redesenhar suas instituições governamentais e os líbios buscavam se recuperar de uma sangrenta guerra civil. (ANDERSON, 2011).

Assim, embora compartilhassem uma causa comum pela dignidade individual e um governo responsável, as revoluções ao redor desses três países refletiam divergências econômicas e dinâmicas sociais.

A par das particularidades entre si, interessante observar a diferença destas em relação a outros marcos históricos. A especificidade não está ligada apenas a globalização das normas de engajamento cívico ou a utilização, por parte de ativistas, da tecnologia para o compartilhamento de ideias e táticas, mas, principalmente, em como e por que os protestos se espalharam rapidamente para países com contextos ainda mais díspares. (ANDERSON, 2011).

Henrique Soares Carneiro (2011, p. 8) identifica “uma sincronia cosmopolita febril e viral de uma sequência de rebeliões quase espontâneas surgidas na margem sul do Mediterrâneo” e “que logo se manifestaram na Espanha, com os Indignados da Puerta del Sol, em Portugal, com a Geração à Rasca, e na Grécia, com a ocupação da praça Syntagma”.

Os protestos espalharam-se também para os Estados Unidos, onde os levantes começaram com a ocupação de Wall Street e verteram por centenas de cidades no país, assumindo, para Carneiro (2011, p. 8) “feito de marcada denúncia dos bancos e das corporações.”

Dois anos depois dos protestos da Primavera Árabe e do *Occupy*, em junho de 2013, o Brasil foi palco de manifestações sociais ocorridas em 12 capitais e diversas cidades do país. Em âmbito nacional, especificamente, os protestos se dividiram em três momentos.

Singer (2013) explica que o primeiro momento aconteceu nos dias 6, 10, 11 e 13 de junho, em São Paulo, convocado pelo Movimento Passe Livre (MPL), objetivando a redução do preço da tarifa do transporte público, em que compareceram 5 mil pessoas. No dia 11, reuniram-se novamente 5 mil pessoas, com a diferença de que desta vez houve verdadeira batalha campal com as legiões de ordem. Muitas cenas de violência policial e destruição do patrimônio por grupos de jovens foram reportados pelos jornais. Geraldo Alckmin, então (e atual) governador do Estado de São Paulo endureceu o efetivo e no dia 13, quando os protestantes marchavam pacificamente do centro da cidade até a Consolação, foram impedidos de continuar

em direção à Av. Paulista. “A partir daí inicia-se repressão violentíssima, que se espalha por ampla região da pauliceia, tendo a PM atuado sem controle por horas, atingindo transeuntes e jornalistas de maneira indiscriminada”. (SINGER, 2013, p. 25).

A utilização indiscriminada da força por parte do aparato estatal tornou-se parte da agenda de críticas e atraiu a adesão do grande público, caracterizando o segundo momento nos dias 17, 18, 19 e 20 de junho e alcançando o *clímax* das manifestações. Diversas frações da sociedade se mobilizaram e no dia 17 houve o registro do maior número de pessoas, 65 mil saíram às ruas em São Paulo, totalizando 250 mil no país todo. Aqui entraram em cena reivindicações sobre os gastos com a Copa do Mundo em detrimento de saúde e educação. (SINGER, 2013).

A partir de então, com a Copa das Confederações, São Paulo perde a centralidade das manifestações, passando essa às cidades em que haveria jogos da Copa do Mundo: Brasília, Fortaleza, Salvador, Belo Horizonte, Rio de Janeiro. O terceiro momento vai do dia 21 ao final do mês de junho, caracterizando-se essencialmente pela dispersão dos protestos, figurando em pauta as demandas específicas das localidades em que ocorreram e pelo declínio das reuniões. (SINGER, 2013).

Almeida (2014, p. 1239) pondera que “as demandas de representação e a crise de delegação de representatividade, de modo conjuntural, foram a tônica do debate nacional”. Ademais, salienta que

A ausência de crise financeira de proporções gigantescas no Brasil, contrariando o que ocorreu nos países anteriormente citados, fez com que o debate fosse estabelecido com base em uma instrumentalização clara, sendo construído por meio de demandas como o passe livre, a retirada da proposta de emenda constitucional 37/2011 (PEC 37) – que limitaria o poder de investigação do Ministério Público em relação à corrupção – e melhorias no setor público, como escolas e hospitais, sendo tudo isso alimentado pelos gastos públicos com a Copa do Mundo da Federação Internacional de Futebol associado. (ALMEIDA, 2014, p. 129).

No Brasil, portanto, após uma mobilização contra o aumento da tarifa nos transportes públicos, convocada pelo MPL (Movimento Passe Livre), nas palavras de Raquel Rolnik (2013, p. 9) “o direito à mobilidade se entrelaçou fortemente com outras

pautas e agendas constitutivas da questão urbana, como o tema dos megaeventos e suas lógicas de gentrificação e limpeza social”.

O que aproxima os protestos nacionais da experiência global do início do século XXI, segundo Slavoj Žižek é o fato que

Nenhum deles pode ser reduzido a uma única questão, pois todos lidam com uma combinação específica de (pelo menos) duas questões: uma econômica, de maior ou menor radicalidade, e outra político-ideológica, que inclui desde demandas pela democracia até exigências para a superação da democracia multipartidária usual. (ŽIŽEK, 2013, p. 104).

O filósofo esloveno também defende que a crise de representatividade política está relacionada à crise de 2008 e ao fracasso da credibilidade do livre mercado. Em relação ao movimento *Occupy*, por exemplo, Žižek diz que:

Occupy sugere duas ideias básicas: i) o descontentamento com o capitalismo *como sistema* (o problema é o sistema capitalista em si, não a sua corrupção particular); e ii) a consciência de que a forma institucionalizada de democracia multipartidária representativa não é suficiente para combater os excessos capitalistas, ou seja, que a democracia tem de ser reinventada. (ŽIŽEK, 2013, p. 104).

Ainda, para o professor do leste europeu, o fato dos protestos terem como causa o capitalismo global não significa que os protestos precisaram se sobrepor diretamente a ele, na medida em que

A arte da política reside em insistir em uma determinada demanda que, embora completamente ‘realista’, perturba o cerne da ideologia hegemônica e implica uma mudança mais radical, ou seja, que embora definitivamente viável e legítima, é de fato impossível. Era este o caso do projeto de saúde universal de Obama, razão pela qual as reações contrárias foram tão violentas, assim como as reivindicações do caso brasileiro, com o projeto Tarifa Zero. (ŽIŽEK, 2013, p. 104-105).

A partir de demandas específicas, os protestos ao longo do globo parecem guardar em comum a insistência em perturbar o cerne da ideologia posta,

pretendendo rupturas radicais com o estabelecido. Para concretizar tais objetivos, foram necessárias formas de agir a resultar nos protestos.

Na literatura especializada, são empregados diferentes termos para significar “repertório de ação coletiva”. Entretanto, Taylor e Van Dyke (2004, p. 263) explicam que, em suma, todos eles servem para “descrever as diferentes constelações de táticas e estratégias desenvolvidas ao longo do tempo e utilizadas por grupos de protesto para agir coletivamente, a fim de promover reivindicações para indivíduos ou grupos.”

Quanto as diferentes táticas ou estratégias desenvolvidas pelos protestantes para promover as reivindicações dos protestos da Primavera Árabe, do *Occupy* e de junho de 2013, Henrique Soares Carneiro (2012, p. 08) pontua três características comuns: “em todos os países houve uma mesma forma de ação: (1) ocupações de praças; (2) uso de redes de comunicação alternativas e (3) articulações políticas que recusavam o espaço institucional tradicional”.

Apesar das três características concomitantes, cada protesto, “em virtude de seu caráter próprio, deu mais ênfase a um elemento ou outro, mas não abdicou de usar os três ao mesmo tempo.” (ALMEIDA, 2014, p. 128).

A ocupação das praças, por exemplo, teve maior visibilidade nos EUA, em que praças ficaram ocupadas durante a maior parte dos protestos.

O uso de redes de comunicação alternativas como celulares e internet, através de páginas como Facebook, Instagram, Twitter, todavia, esteve presente de maneira central em todos eles. Para Almeida (2014, p. 128), o uso destas redes sociais “foi simbolicamente importante na Primavera Árabe, em razão das restrições de liberdade de expressão em meios convencionais nos países envolvidos”.

O caso da Primavera Árabe, de evidente cerceamento na utilização das redes sociais, é singular se comparado aos demais protestos. Branco Di Fátima (2012, p. 07) alerta que “a organização de manifestações no Egito, com o auxílio de ferramentas no cyberspaço, [...] podem ensinar os primeiros passos contra a vigilância sistêmica sobre as massas e a identificação de indivíduo na multidão”.

Nesse sentido, “o êxito dos manifestantes egípcios pode ser atribuído, entre outros fatores, justamente à capacidade de encontrar mecanismos para driblar a vigilância promovida pelo governo de Hosni Mubarak”. (FÁTIMA, 2012, p. 07).

Para além da experiência de violência simbólica presenciada no Egito, a utilização da internet na construção de redes de mobilização sociais é essencial à transformação das estratégias de combate político, sendo que “tal transformação é perceptível sobretudo quando analisamos o alcance das ações propiciado pela rapidez dos meios de comunicação atuais”. (MARQUES; OLIVEIRA, 2013, p. 123).

Aqui, a chave dos protestos não seria a existência das redes sociais em si, mas sim das redes formadas através do processo de individuação em que o ator social, a partir da superação do medo, vai ao embate público, muitas vezes com base no sucesso dos protestos em outros locais. As experiências do norte da África, por exemplo, estimularam a criação de novas redes de esperança ao redor do mundo, o que teria contribuído na difusão global dos protestos. (CASTELLS, 2013).

A propósito, a transformação significativa foi a que Castells (2013) chamou de: autocomunicação de massa. Advinda da ideia de comunicação de massa, caracterizada pela horizontalidade e dificuldade de controle dos meios detentores de comunicação, a autocomunicação de massa fornece a plataforma tecnológica para a construção da autonomia do ator social, seja ele individual ou coletivo, em relação às instituições da sociedade.

Objeto da autocomunicação em massa, as imagens representam papel fundamental em uma sociedade que tem como um de seus alicerces o apelo visual. Tarcisio Torres Silva (2012, p. 36) sustenta que é “intrigante observar como os conteúdos visuais são tratados por ativistas”. Assim,

Imagens criadas por aparelhos móveis podem ser altamente significativas para a audiência. Além do seu poder em situações de emergência, substituindo a transmissão da mídia de massa em que elas não podem ou não querem estar, essas imagens carregam alto valor simbólico, capaz de ativar novas ondas de mobilização. (SILVA, 2012, p. 36).

A partir da importância da cultura visual na sociedade contemporânea, Silva (2012, p. 41) faz um esforço teórico no sentido de ampliar o entendimento político; para ele, “como a maioria das imagens produzidas durante os protestos no Norte da África foram criadas por mídias móveis, como os aparelhos de celular, e compartilhadas pelas redes sociais”, o senso de urgência, colaboração e a proximidade com o corpo foram agentes na disseminação das informações.

Com base nos repertórios de ação coletiva expostos, interessa observar quem foram os protagonistas dos protestos a nível global, qual o perfil dos participantes envolvidos e se em alguma medida eles se aproximam.

A Primavera Árabe, o *Occupy* e as manifestações brasileiras de 2013 também guardam congruência com relação aos participantes dos protestos: em todo eles houve participação massiva dos jovens, principalmente de grandes cidades.

Quanto a Primavera Árabe, Danilo José Dalio (2013, p. 33) explica que “tendo como motivação imediata o problema do desemprego, o protagonista dessas revoltas populares tem sido a juventude escolarizada, cujas ambições se veem frustradas”. O doutorando em história econômica (2013, p. 52) complementa que “o núcleo das mobilizações populares no Mundo Árabe é ocupado por uma juventude educada e altamente capaz, cujas expectativas e capacidades intelectuais e profissionais não vislumbraram serem preenchidas pelas oportunidades vindouras parece-nos bastante consistente”.

Em outra conjuntura política, econômica e social, por sua vez, os movimentos inaugurados pelo Occupy Wall Street possuem o que

David Harvey chama de união dos corpos no espaço público, característica muito mais importante, para ele, do que os fluxos de comunicação pela internet. Por isso, a ocupação transformou-se na senha para milhares de jovens erguerem acampamentos de protesto em centenas de cidades. (CARNEIRO, 2011, p. 10).

Quanto ao caso brasileiro, Ribeiro (2013, p. 118) acredita que os jovens queriam “provar a sensação de fazer política ao lado de milhares de pessoas que

conhecem minimamente a Primavera árabe, o *Occupy Movement* de Nova Iorque e mesmo iniciativas ocorridas há alguns anos como o Fórum Social Mundial”.

Ainda, em relação ao perfil dos protestantes no Brasil, interessa pontuar que em um segundo momento ocorreu a participação de adeptos da tática *Black Bloc*¹. O perfil dos *Black Blocs* nas manifestações de 2013 foi bem heterogêneo; para a pesquisadora Ester Solano (2014, p. 35-36), eles eram em sua maioria

Jovens na casa dos vinte anos, com emprego e acesso a ao ensino superior, embora ambos de qualidade discutível; submetidos à precariedade dos serviços públicos do estado em áreas como saúde, transporte e educação; defensores de uma visão de mundo na qual atacar símbolos do capitalismo não pode ser considerado um ato violento, pois a verdadeira violência contra a população é praticada pelo sistema político e corporativo.

A partir disso, a imolação de Bouazizi na Tunísia, os jovens escolarizados sem perspectiva de emprego no Egito, os manifestantes reunidos nos Estados Unidos e os brasileiros adeptos ou não à tática *Black Bloc* parecem guardar relação fundamental, que não há tempo agora para aprofundar, com o mercado de trabalho.

Percebe-se que o motivo pelo qual jovens moradores de grandes centros resolveram protestar está relacionado diretamente às condições de emprego de seus países e, indiretamente à precariedade do Estado e à institucionalização da violência.

Botelho (2013, p. 128) pondera que “pálidas frente aos cartazes bem-humorados, as cartolinas reclamando ‘mais emprego’ podiam ser vistas nas manifestações, embora as mais comuns fossem por ‘melhores condições de trabalho’”.

Identificadas, portanto, as demandas que culminaram nos protestos, suas formas de ação e quais participantes estão envolvidos, se passará a revisão da cobertura midiática e da repressão policial dispensada aos eventos.

¹ *Black Bloc* é uma tática de ação baseada em uma estrutura efêmera, informal, não hierárquica e descentralizada, em que pessoas mascaradas se reúnem para protestar contra o sistema e as forças de ordem. (SOLANO, 2014).

4 COBERTURA MIDIÁTICA E REPRESSÃO POLICIAL

Conforme constatado no tópico SOBRE ação coletiva, é possível perceber que parte da tônica dos processos do início do século XXI foi o uso de redes de comunicação alternativa, nestes inseridos os meios de autocomunicação em massa operados pelos próprios atores sociais, através da postagem de fotos e textos em celulares, por exemplo.

Ocorre que, a despeito das novas tecnologias de informação e comunicação (“TICs”), para Venício A. de Lima (2013, p. 89) “se é verdade que as TICs constituem os dispositivos tecnológicos por meio dos quais as manifestações – ao mesmo tempo anárquicas e organizadas – se articulam, não se deve ignorar o “ambiente” dentro do qual elas ocorrem.”

Nas sociedades contemporâneas, não obstante a velocidade das mudanças tecnológicas, sobretudo no campo das comunicações, a centralidade da velha mídia – televisão, rádio, jornais e revistas – é tamanha que nada ocorre sem seu envolvimento direto e/ou indireto. (LIMA, 2013, p. 89).

De fato, o envolvimento direto e/ou indireto das mídias sociais tradicionais nos protestos, através da cobertura via rádio, jornal e televisão é determinante na propagação dos acontecimentos e, ainda, na leitura que se faz destes.

Uma das lacunas desta revisão bibliográfica foi em relação a escassa bibliografia sobre a cobertura midiática nos protestos na Primavera Árabe e no *Occupy*, por este motivo, a análise em relação a cobertura midiática se restringirá ao caso das manifestações brasileiras de 2013.

Por aqui, a velha mídia, através da televisão como veículo de comunicação de massa, é uma das responsáveis pela construção e consolidação de uma cultura política que tem por base a desqualificação sistemática das instituições políticas e dos próprios políticos brasileiros, comportamento este claramente evidenciado na cobertura das manifestações.

A primeira reação foi de condenação pura e simples. As manifestações deveriam ser reprimidas com rigor ainda maior. À medida, no entanto, que o fenômeno se alastrou, a velha mídia alterou radicalmente sua avaliação inicial. Passou então a cobrir em tempo real os acontecimentos, como se fosse apenas uma observadora imparcial, que nada tivesse a ver com os fatos que desencadearam todo o processo. O que começou como veemente condenação transformou-se, de noite para o dia, não só em tentativa de cooptação, mas também de instigar e pautar as manifestações, introduzindo bandeiras aparentemente alheias à motivação original dos manifestantes. (LIMA, 2013, p. 92).

Nesse sentido, este trabalho pretende pontuar que, para além do papel das redes sociais e da cobertura independente dada aos protestos, a mídia tradicional ainda opera papel central na condução dos protestos e no agravamento da crise de representação política, que por sua vez é fato gerador de insatisfação social, de adesão aos protestos, de consequente repressão a eles e de mais material a ser divulgado por esta mídia. (LIMA, 2013).

A cobertura midiática dos protestos está intimamente ligada a midiaticização do conflito na grande imprensa. Essa cobertura se intensifica, especialmente, na medida em que os atos de resistência dos protestantes entram em choque com a ofensiva estatal, gerando cenas de violência.

Na Tunísia, durante 2011, os manifestantes demandavam pela democratização do país, a despeito da insistente repressão policial. No Egito, a revolução que depôs Mubarak desencadeou a brutalidade estatal. Na Líbia, os protestos que começaram em Bengazi tiveram violentos confrontos.

Nos Estados Unidos, a violência se apresentou através das tentativas forçadas de desalojamento dos acampamentos do *Occupy*, ataques policiais empregaram centenas de homens, helicópteros e tratores.

No Brasil, não foi diferente, várias agressões a cidadãos, manifestantes e a profissionais da imprensa que cobriam os eventos foram reportadas. Ora, identificar na Primavera Árabe, no *Occupy* e nas manifestações de 2013 no Brasil cenas de violentas por parte da ofensiva estatal, não é novidade, mas em que medida esta ou outra violência por parte da polícia na contenção do direito de protestar é legítima?

A princípio, pensar na relação estabelecida entre manifestantes e policiais durante protestos, é pensar em uma relação tensa e da qual resultam, na maioria das vezes, em cenas de violência.

A propósito, segundo Dowbor e Szwako (2013, p. 97), no caso do MPL e do CPC, propulsores dos protestos de junho de 2013 no Brasil, os próprios protestantes se valeram da dramatização da violência como recurso cênico. Neste sentido, a violência “pode ser acionada por uma das partes e em seu favor, forjando figuras de herói, vítima, traidor”.

Ainda, para referidos autores (2013, p. 97), “a mola que dispara o ciclo de protestos de 2013 está na vitimização performatizada pelos militantes do MPL nos fortes confrontos da noite de 13 de junho”. Segundo esta hipótese, portanto, a violência com que os protestos foram reprimidos transbordara a própria *performance* do MPL, “tornando-se um ciclo de protestos e sendo apropriado pelo público maior, a partir do momento em que a plateia acessou e criticou a reação desproporcional da polícia paulista”. (DOWBOR; SZWAKO, 2013, p. 97).

Interessante observar que, em um segundo momento, quando jovens adeptos à tática *Blac Bloc* começaram a praticar violência performática e simbólica pela depredação de patrimônio público ou privado, a violência policial passou a ser justificada pela mídia contra o que se denominou “arruaceiros”, “vândalos”. Foi o momento da equipe policial se vitimizar através das “cenas de um coronel dramaticamente linchado que pedia uma calma teatral a seu batalhão ensandecido, a polícia passou o papel de vilão para outro ator em cena, os “mascarados” ou apenas *black blocs*”. (DOWBOR; SZWAKO, 2013, p. 97).

Percebe-se, desta forma, que a os modos de vocalização da violência estão intimamente ligados a cobertura midiática do conflito na grande imprensa. A despeito das peculiaridades do caso brasileiro, sobre a qual não há espaço para aprofundamento, interessa observar que tanto os protestos inseridos na conjuntura de governos totalitários da Primavera Árabe, quanto os países onde as liberdades individuais pareciam resolvidas, foram marcados por excessos policiais na repressão das manifestações. Violência esta, que não parece acompanhar os avanços nas formas de mobilização transnacionais ou nas táticas compartilhadas pelos protestantes. (RAMOS, 2014).

A par da experiência antidemocrática do norte da África e do Oriente Médio, nos movimentos *Occupy*, a sociedade norte-americana teve “diversos ataques do Estado, pelas forças policiais, e até a ilegalidade dos acampamentos em espaço público determinaram que a questão não estava tão bem resolvida assim.” (ALMEIDA, 2014, p. 140). Nesse sentido,

A proibição de barracas no acampamento do Occupy Wall Street em Nova York, liberando somente sacos de dormir, mostra um claro mecanismo do Estado para retirar de seus cidadãos a possibilidade de protesto, para não mencionar o ataque policial durante a passeata na Ponte do Brooklyn ou o caso do spray de pimenta no acampamento universitário da University of California – Davis (MEDINA, 2011). (ALMEIDA, 2014, p. 140-141).

A propósito, Silvia Ramos (2014, p. 02) vê a violência policial como elemento a ser discutido tanto no caso da Primavera Árabe, como do *Occupy*, na medida em que “olhando para o fenômeno das respostas policiais às manifestações públicas nesse início de século nos damos conta de quanto as polícias se atrasaram na criação de mecanismos alternativos – ou adicionais – à força.” A esse respeito, além da Primavera Árabe, o caso brasileiro também é emblemático:

Podemos ver com mais preocupação os acontecimentos nos países periféricos, como no Norte da África ou mesmo no Brasil. Temos de considerar claramente que a violência policial foi um fator importante e um *turning point* em todos os movimentos que ocorreram pelo globo, mas a violência maciça nesses dois países, atingindo até membros da imprensa, como nas manifestações na cidade de São Paulo, demonstra um maior despreparo na condução da garantia da civilidade, como garantia dos direitos civis de todos, envolvidos ou não nas manifestações, evidenciando uma demanda maior desse fator em relação ao primeiro grupo. (ALMEIDA, 2014, p. 140-141).

A configuração das polícias no Brasil, especificamente, tornou a ofensiva estatal às manifestações de junho de 2013 em uma reprodução da maneira que foram treinadas para agir. Segundo Ramos (2014, p. 4), foi “essa polícia – mergulhada na cultura da ação diferenciada por território – que foi flagrada desprevenida para enfrentar as jornadas de junho”. A polícia brasileira,

Habituada aos padrões de excelência para enfrentar o crime com táticas de guerra, e sem que os Batalhões de Choque tivessem tido qualificações específicas nos últimos anos (por incrível que pareça, policiais dos batalhões especializados em controle de multidões foram treinados nos batalhões de operações especiais), as polícias brasileiras estavam “despreparadas” para as manifestações de junho. Em São Paulo, Rio de Janeiro, Belo Horizonte e outras cidades verificou-se uma oscilação que impressiona pela semelhança. (RAMOS, 2014, p. 4)

Essa oscilação está relacionada à “violência excessiva e brutalidade gratuita, ora pela omissão e paralisia, fazendo com que cenas de policiais agredindo de forma covarde manifestantes solitários se propagassem pelas redes como um incêndio”. (RAMOS, 2014, p. 4).

No Brasil, a utilização da força de maneira indiscriminada pelos policiais produziu cenas emblemáticas. Foram realizadas inúmeras prisões preventivas ilegais, diversas pessoas restaram gravemente feridas e passou a discutir-se até a absurda criminalização do vinagre (substância utilizada pelos manifestantes para amenizar os efeitos das bombas de gás lacrimogênio).

No Rio de Janeiro, por exemplo, 23 manifestantes foram denunciados e tipificados pela mídia e pelo judiciário como organização criminosa. “Manifestantes estavam sendo presos sob a acusação de ‘formação de quadrilha’, numa clara criminalização da mobilização social e reiterando antigos métodos da ditadura (desde quando um grupo em manifestação é uma ‘quadrilha’?).” (BOTELHO, 2013, p. 132).

A propósito, um relatório divulgado pela ONG Anistia Internacional (2014) aponta que por aqui, indivíduos que participaram de protestos foram presos com base na Lei sobre Organizações Criminosas (Lei Nº 12.850, de 2 de agosto de 2013), uma lei que tem como alvo o crime organizado: “pessoas que nunca antes haviam se encontrado, mas que foram detidas na mesma manifestação, de modo impróprio, passaram a ser investigadas formalmente com base nessa lei, por supostamente integrarem uma organização criminosa”. (2014, p. 13).

Essas cenas de excessos policiais viralizaram nas redes sociais, enquanto as secretarias de segurança pública se esforçavam em emitir notas de que os abusos não se tratavam de desvios de autoridade.

Quanto ao caso brasileiro, Botelho (2013, p. 132) defende que “acreditar, deste modo, na ‘maturidade democrática’ é escárnio diante dos assassinados pela força estatal e da supressão dos direitos mais óbvios”; e complementa que o estado de exceção vivenciado permanentemente nas periferias e favelas brasileiras estendeu-se “com toda a força dos cassetetes, as cores das fardas policiais e o cheiro dos gases lacrimogêneos, que segundo a classificação dos protocolos de guerra da ONU são ‘armas químicas’, mas aqui no Brasil são apenas de ‘efeito moral’”.

Sobre a violência policial empregada nos protestos, em tempos de horizontalidade das manifestações, ausência de lideranças identificáveis, compartilhamento de experiências transnacionais por parte dos protestantes, em relação à polícia, “a impressão que fica é que bombas de gás, balas de borracha ou os velhos escudos e cassetetes se tornaram obsoletos e inadequados.” (RAMOS, 2014, p. 2).

As manobras típicas dos batalhões “de choque” nas ruas de diversas cidades do mundo geram uma perplexidade sobre algo que é tão familiar e tão estranho, que parece fora de lugar. Diferente dos jovens, que saíram do Facebook, as polícias sequer “entraram” na linguagem virtual e encontram-se atônitas no meio de seu gás lacrimogêneo na passagem de um século para outro. (RAMOS, 2013, p. 2).

Mais do que isso, se apresentando como a materialização visível, fardada e armada dos Estados “as polícias quase que de forma unânime em várias partes produzem uma resposta performática da falência da representação política e da incapacidade de governos de responderem aos anseios de mais democracia, mais participação e mais direitos.” (RAMOS, 2014, p. 2).

Sendo assim, como pondera Ramos (2014, p. 3), o controle dos protestos através da atuação policial “deveria tornar-se mais presente no centro da discussão sobre novos padrões de democracia no momento atual, mesmo reconhecendo a diversidade dos fenômenos envolvidos na ‘Primavera Árabe’, nos ‘Occupy’ ou no Brasil.”

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir da revisão bibliográfica realizada, foi possível estabelecer uma relação entre acontecimentos aparentemente não relacionáveis se pensados como inseridos em contextos completamente diferentes.

Assim, através de uma análise comparativa, visualizou-se que os protestos que tomaram o globo no início do século XXI, seja no norte da África, no Oriente Médio, nos Estados Unidos ou no Brasil possuem mais semelhanças que o senso comum pode identificar.

Em uma conjuntura transnacional, com o papel da sociedade civil ampliado, as demandas individuais de cidadãos, ainda que em locais distantes, passaram a se identificar como iguais, parecidas ou complementares.

A construção de redes *on-line* e *off-line* tirou os projetos do plano das redes sociais e fez com que os espaços públicos fossem ocupados.

Tanto na Primavera Árabe, no *Occupy* e nas manifestações brasileiras de junho de 2013, os anseios se uniram a formas comuns de ação, partilhando a ocupação de praças, a utilização de redes de comunicação alternativas e a recusa ao espaço institucional tradicional para dar voz às vozes que insistiam em ser ouvidas.

Tais vozes dividiram o mesmo perfil de interlocutores, os manifestantes em sua maioria eram jovens submetidos a precariedade do mercado de trabalho e do acesso aos serviços públicos básicos, buscando por vezes mais emprego, mas também melhores condições dele.

O fato de os protestos não serem reduzidos a apenas uma questão, ficou claro em todos eles.

Combinando questões econômicas, em maior ou menor escala, e político-ideológicas, os manifestantes levantavam bandeiras pela democracia e pela superação de desafios em países já democráticos.

No momento em que as manifestações começaram a ganhar adesão e, nas palavras de Žižek (2013), perturbar o cerne da ideologia hegemônica, o que se viu foi a violenta ofensiva estatal.

A polícia se utilizou da força de maneira excessiva tanto na Primavera Árabe, como no Occupy e nas Jornadas de Junho. A utilização da violência policial em países antidemocráticos e democráticos se deu, guardadas as peculiaridades, na mesma proporção.

A despeito das iniciativas dos manifestantes a nível global, como por exemplo, a linguagem virtual, a polícia estagnada não criou mecanismos adicionais à força, transformando a repressão aos protestos em verdadeiras cenas de guerra.

No caso brasileiro, especificamente, o treinamento militar, a utilização de batalhões de choque, bombas de gás lacrimogênio e cassetetes de maneira indiscriminada, imprimiu a urgência de reconfiguração das polícias no país.

Assim, nas palavras de Žižek (2013, p. 108), “os protestos globais devem servir de lembrança ao fato de que temos a obrigação de pensar em alternativas”.

Assim, a par das diferenças e semelhanças apontadas entre a Primavera Árabe, o *Occupy* e os protestos brasileiros de junho de 2013, este trabalho buscou pensar nos protestos a nível global.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, P. T. S. #representação e movimentos populares no século XXI: a aproximação brasileira dos casos internacionais durante os protestos de junho de 2013. **Enfoques**, Rio de Janeiro, v. 13, n. 1, p. 125-146, 2014.

ANDERSON, L. Demystifying the Arab Spring: Parsing the Differences Between Tunisia, Egypt and Lybia. *Foreign Affairs*, 2011. Disponível em: <<https://www.foreignaffairs.com/articles/libya/2011-04-03/demystifying-arab-spring>>. Acesso em: 25/09/2015.

BARRETO, F. S.; BENZAQUEN, J.F. A mão dupla da rua: a ambivalência da “nova resistência” ou elementos para uma outra gramática da mobilização. **Estudos de Sociologia**, Pernambuco, v. 2, n. 19, p. (1-7), 2013.

BOTELHO, M. L. O mundo como imagem e mobilização: notas às “Primeiras Impressões” sobre as Manifestações. **Revista Continentes**, Rio de Janeiro, ano 2, n. 3, p. 116-120, 2013.

CARNEIRO, H. S. Rebeliões e ocupações de 2011. In: HARVEY, David et. A. **Occupy: movimentos de protesto que tomaram as ruas**. São Paulo: Boitempo, 2012. p. 7-14.

CASTELLS, M. **Redes de indignação e esperança: movimentos sociais na era da internet**. 1 ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2013.

DALIO, D. J. “Primavera Árabe”: Autocracia *versus* Mercado. **Revista contemporânea – Dossiê Regimes Autoritários e Sociedades**, v. 3, n. 3, p. 31-55, 2013.

DOWBOR, M.; SZWAKO, J. Respeitável público... Performance e organização dos movimentos antes dos protestos de 2013. **Novos estudos - CEBRAP**, São Paulo, n. 97, p. 43-55, 2013.

GOSS, P.; PRUDÊNCIO, K. O conceito de movimentos sociais revisitado. **Revista Eletrônica dos Pós-Graduandos em Sociologia Política da UFSC**, v. 2, n.1, 2004, p. 75-91

LIMA, V. A. Mídia, rebeldia urbana e crise de representação. **Cidades Rebeldes: Passe Livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil**. São Paulo: Boimtepo, 2013, p. 89-94.

MARQUES, T. C. S.; OLIVEIRA, A. E. A. De Praga ao Mundo Árabe: uma análise comparada de primaveras políticas. **Revista Conjuntura Austral**, Rio Grande do Sul, v.. 4, n. 17, p. 115-129, 2013.

RAMOS, S. Juventude, polícia e democracia: o que pode mudar no Brasil após as jornadas de junho? Disponível em: <http://www.cis.puc-rio.br/cis/cedes/bn/janeiro_marco_2014/Artigo%20-%20Silvia%20Ramos.pdf>. Acesso em: 24/10/2015.

RIBEIRO, G. A realização da política no brasil urbano do século XXI: Notas-testemunho. **Revista Continentes**, Rio de Janeiro, ano 2, n. 3, p. 116-120, 2013.

ROLNIK, R. As vozes das ruas: as revoltas de junho e suas interpretações. _____. São Paulo: Boimtepo, 2013, p. 7-12.

SILVA, T T. Imagens da Primavera Árabe: estética, política e mídias digitais. **Galaxia**, São Paulo, n. 23, p. 35-47, 2012.

SINGER, A. Brasil, junho de 2013, classes e ideologias cruzadas. **Novos estudos - CEBRAP**, São Paulo, n. 97, p. 23-40, 2013.

SOLANO, E. **Mascarados: a verdadeira história dos adeptos da tática Black Bloc** / Esther Solano, Bruno Paes Mano, Willian Novaes. São Paulo: Geração Editorial, 2014.

SOUZA S. B. Os novos movimentos sociais. In: Leher, Roberto; SETUBAL, Mariana (Org). **Pensamento crítico e movimentos sociais: diálogos para uma nova práxis**. São Paulo: Cortez, 2005.

TAYLOR, V.; VAN DYKE, N.. **“Get up, Stand up”: Tactical Repertoires of Social Movements**. In: Snow, David A. (Org.); SOULE, Sara A. (Org.); KRIESI, Hanspeter. (Org.) *The Blackwell Companion to Social Movements*. Oxford: Blackwell Publishing, 2004.

TILLY, C. **From mobilization to revolution**. University of Michigan, 1977.

ŽIŽEK, S. Problemas no Paraíso. _____. São Paulo: Boitempo, 2013, p. 101-108.